

FONTES INGLESAZ DOS ESTUDOS GRAMATICAIS BRASILEIROS.

Ricardo Cavaliere
UFF

A leitura dos textos de língua vernácula produzidos no Brasil no século XIX revela sensível predominância das escolas européias como fonte de inspiração teórica, com ênfase nas vertentes alemã, inglesa e francesa. Hão de distinguir-se, por sinal, para a correta avaliação do fato, dois aspectos relevantes do tema: a tese doutrinária e a fonte bibliográfica que a divulga. Não obstante ambos os aspectos se integrem como faces de uma mesma moeda, não se pode confundir-los, dado o distinto papel historiográfico que compete a cada um.

Com efeito, a influência doutrinária se define como o aparato teórico de que se serve o pesquisador – sobretudo o estudiosos das línguas vernáculas – para descrever os fatos gramaticais de dada língua, não sendo raro que teses oriundas de doutrinas diferentes se irmanem neste afã descritivo. Já a fonte bibliográfica é a obra aonde vai o pesquisador recolher esta informação científica, o que implica, em última análise, ser o ponto de contato direto ou imediato que o pesquisador de língua vernácula mantém com as teses doutrinárias.

Ora, sabemos que nem sempre se recolhem informações objetivas sobre modelos teóricos diretamente das obras escritas por seus ideólogos. A bem da verdade, o mais das vezes essas informações chegam-nos mediante compêndios de Linguística Geral, escritos para expor de modo sistemático e didático todos os aspectos e nuances das escolas científicas, de que resulta, por exemplo, conhecermos as idéias de Bopp e Grimm não pela leitura direta de seus textos, mas pela leitura de trabalhos que lhes fazem referência, com acurada descrição e amplo comentário de seus princípios.

Por vezes, esta intermediação cabe aos próprios vernaculistas, na medida em que, ao aplicarem em suas obras descritivas teses de dado modelo de investigação da língua, também atuam como propagadores destas teses, com o trunfo adicional de comprovarem sua aplicabilidade ao fato concreto, às estruturas gramaticais de uma certa língua ou de várias línguas em conjunto, como fizeram os gramáticos comparativistas do século XIX. Assim, o que se vê aqui

é uma fonte bibliográfica que, embora não tenha o objetivo primacial de divulgar a tese doutrinária, acaba por indiretamente cumprir tal função. Em última análise, a fonte bibliográfica que melhor divulga dada tese doutrinária nem sempre é o texto original escrito pelo lingüista doutrinador.

No caso brasileiro, em que as teses usadas para descrição do português chegavam das escolas européias, como já fizemos observar, a questão se abre de modo bastante claro: embora a doutrina agasalhada seja dos nomes mais proeminentes da teoria lingüística alemã, como Bopp, Grimm, Schleicher, Diez e outros, as fontes bibliográficas são, em sua maioria, textos vernáculos de língua inglesa e francesa, ou mesmo compêndios de gramática histórica, em que semelhantes teses já vinham sendo aplicadas com sucesso reconhecido. Em outras palavras, a leitura direta era a dos compêndios gramaticais, como os de Mason, Bain, Gaston Paris, Ayer, ente outros, mas o que deles se absorvia eram na realidade os conceitos de Lingüística Geral lá imanentes.

Convém observar que essa preferência dos filólogos brasileiros pela leitura dos textos vernáculos – preferência, saliente-se, não exclusividade – em detrimento dos puramente doutrinários pode dever-se a dois fatores: o primeiro deles, recai sobre a dificuldade que enfrentava a maioria de nossos gramáticos para ler textos em alemão, justamente a língua original dos doutrinadores mais expressivos. Tal fato só não se agravava demasiadamente devido à razoável disponibilidade de textos traduzidos para o inglês ou para o francês, línguas com que a comunidade acadêmica estava mais afeita e familiarizada.

Uma outra explicação reside na maior facilidade que se confere ao pesquisador quando absorve a tese doutrinária já aplicada a um dado sistema lingüístico, de que resulta significativa economia para o desenvolvimento do trabalho na descrição em outra língua, sobretudo se cognata. Um exemplo cabal encontramos na referência que Maximino Maciel (MACIEL, 1922:110) faz à hipótese de classificação das palavras em nocionais e relacionais – que, por sinal, considerava ultrapassada –, a qual, originalmente proposta por Mason, é citada pelo filólogo brasileiro através das páginas da *Grammaire Supérieure* de Larousse.

O período da Gramática Científica, que se inicia com a publicação da *Grammatica Portuguesa*, de Julio Ribeiro, em 1881, revela uma aparato teórico fincado em fontes bem definidas, não obstante diversificadas. Citam-se freqüentemente grandes nomes da gramática histórico-comparativa – bem como alguns da escola dos neogramáticos e da Geografia Lingüística –, a par de outros que gozavam da predileção de nossos filólogos, sem contudo desfrutar de tal conceito em sua própria terra. É o que ocorre, por exemplo, na referência que faz Ernesto Carneiro Ribeiro (RIBEIRO, 1890:6) aos autores que lhe serviram de inspiração para a estruturação dos *Serões Grammaticais*:

Dahi uma serie de progressos e conquistas da sciencia grammatical, a que imprimiram os sellos de seu engenho Schlegel, Bopp, Pott, Jacob Grimm, Maury, Benfey, Burnouf, Diez, Max Müller, Bréal, Littré, Brachet, Clédat, Brunot, Suchier, Meyer-Lübke, Gaston Paris, Paul Regnaud, Darmesteter, Carolina Michaëlis, Adolpho Coelho, Pacheco Junior, Gonçalves Viana, Ribeiro de Vasconcelloz, João Ribeiro e tantos outros que deram uma feição inteiramente nova aos estudos grammaticaes, ampliando-lhes os fundamentos, fazendo irradiar muita luz em todos os factos da sciencia da linguagem.

Evidenciam-se nessa relação nomes que efetivamente integram o rol dos formadores de paradigma na lingüística européia, como Schlegel, Bopp e Grimm, a par de outros igualmente importantes, como Max Müller, Diez, Bréal, Darmesteter e Adolpho Coelho, além de vários vernaculistas que, não obstante estivessem num plano secundário, gozavam de imenso prestígio entre nós, exatamente porque seu trabalho servia como “ponte” para o conhecimento das novas doutrinas: Littré, Brunot e Gaston Paris, Alexander Bain e Henry Sweet.

Outros tantos exemplos de referência às fontes européias poderíamos aqui citar, sempre na linha a que aludimos, isto é, em que confluem grandes nomes da Lingüística Geral com vernaculistas de escol. Testemunha o fato Maximino Maciel no posfácio da *Grammatica Descriptiva* (MACIEL, 1922:441), conforme se lê a seguir:

Tornara-se [na segunda metade do século XIX] o Collegio de Pedro II o centro de que se ia irradiando a nova orientação cujos albores se vislumbravam nos concursos de linguas a que affluíam candidatos a quem eram familiares as doutrinas de Max Müller, Miguel Bréal, Gaston Paris, Whitney, Littré, Darmesteter, Ayer, Brunot, Brachet, Fréderich Diez, Bopp, Adolpho Coelho e outros, principalmente as dos autores allemães em que se estavam haurindo os elementos primordiaes para esta verdadeira Renascença dos estudos philológicos no Brasil.

Não se pode, entretanto, afirmar com absoluta segurança que todos os filólogos brasileiros que tenham citado autores desse jaez hajam efetivamente lido os trabalhos originais. Não seria de todo infundado admitir-se que tivessem tomado ciência da doutrina desses grandes nomes da lingüística européia pela leitura de outros autores representativos da mesma escola científica. A referência bibliográfica, à época, não seguia um padrão uniforme, sendo comum a simples menção de um sobrenome em nota de rodapé, sem qualquer alusão sequer ao título da obra consultada.

Se este hábito era fruto de um certo desinteresse pela informação bibliográfica ou da simples impossibilidade de oferecê-la – hipótese em que a referência se obteve na obra de terceiros – rigorosamente não podemos asseverar sem receio de cometer uma impropriedade ou injustiça histórica. Naturalmente, essa referência sintética ou mesmo incompleta confere ao pesquisador hodierno

enorme dificuldade na identificação de autores menores, a quem a história da lingüística não contemplou com reconhecimento expressivo. Alguns à época certamente desfrutavam de grande expressão nos meios acadêmicos, sem, contudo, terem seus nomes definitivamente registrados pelos estudos historiográficos.

Sabemos, conforme já comentado, que não eram muitos os filólogos brasileiros que liam textos em alemão, língua em que escreviam quase todos os fundadores de paradigma do século XIX. Tal fato poderia constituir sério empecilho não fossem, ordinárias as traduções dos autores germânicos em francês ou inglês. Evidentemente, alguns filólogos, como Said Ali e João Ribeiro, que liam fluentemente em alemão – a par de Pacheco da Silva Júnior, a julgar por suas citações – podiam saber da teoria nas palavras próprias do autor, assim evitando as traiçoeiras armadilhas das traduções.

No que tange às fontes bibliográficas gramaticais, três grandes nomes dos estudos vernáculos em língua inglesa emprestaram considerável contributo para o desenvolvimento do pensamento gramatical no Brasil do século XIX: C. Mason, Alexander Bain, Allen and Cornwell e Henry Sweet.

A palavra de Alexander Bain chega ao Brasil com o minucioso modelo de inter-relação dos fatos gramaticais, mediante divisão binária da gramática em dois grandes segmentos: a **lexiologia** e a **sintaxe**. A lexiologia é certamente, neste projeto de descrição gramatical, verdadeiro núcleo unitário, de onde reverberam todos os demais campos da investigação lingüística. Isso porque era a **palavra**, no período da Gramática Científica, a célula da análise lingüística, sobre a qual se dirigia o foco das atenções do investigador, seja como elemento monolítico isolado, seja como item integrante da organização frasal ou das relações sintáticas.

Mason está presente nos estudos brasileiros do século XIX com sua teoria das relações sintáticas, que por sinal fora por ele adaptada ao estudo do inglês por inspiração no trabalho de Becker. Difundiu-se, com ampla aceitação (e alguma adaptação), o projeto de descrição sintática em dois níveis temáticos: **sintaxe léxica** e **sintaxe lógica**, a que João Ribeiro adicionou um terceiro, **regras de sintaxe**. A primeira é atinente ao estudo das palavras inter-relacionadas na oração, a segunda se ocupa do estudo da estrutura das orações, ao passo que a terceira se incumbem das concordâncias, das regências e das particularidades sintáticas das várias partes do discurso. A princípio, poder-se-ia vislumbrar na sintaxe lógica uma concepção sistemática das relações sintáticas, sobretudo em face do uso do termo **estrutura**, com se lê na seguinte passagem: “A *sintaxe logica* considera a sentença no que diz respeito á sua estructura, quer sejam ellas simples, quer sejam ellas compostas” (RIBEIRO, 1911: 229).

A hipótese, contudo, não se confirma na exposição do assunto, já que Ribeiro vincula a **relação** sintática – não a **função** sintática – à palavra material, que lhe dá vida e sentido. Em síntese, na **estrutura** de Ribeiro não se vislumbra um nível sintagmático abstrato; o que se tem são relações diretas, termo a termo, denominadas **relação subjetiva** – a do sujeito com o predicativo –, **relação atributiva** – a da palavra que expressa a qualidade com a que expressa a coisa –, **relação adverbial** – a que vincula dada palavra a um adjetivo, verbo ou advérbio – **relação predicativa** – em que o predicado de uma sentença está para com seu sujeito – e **relação objectiva** – em que está para com um verbo de ação transitiva o objeto a que se dirige ou sobre que exerce essa ação.

Importa-nos, entretanto, tecer especial comentário à influência de outro lingüista inglês, Henry Sweet, cuja referência no pensamento gramatical brasileiro é significativamente maior do que a que se lhe vem atribuindo. Homem de fecunda formação filológica, Sweet abriu o caminho para o estudo da fonética com seu livro *Handbook of Phonetics* (1877), além de haver contribuído para o incremento dos estudos comparativistas mediante publicação de trabalhos sobre as línguas russa, sueca e portuguesa, entre outras, fruto de suas várias viagens de estudo. Seu tratado *Words, Logic and Grammar Transactions of Philological Society* (1876) é obra profunda sobre a lingüística geral de sua época. Sua *History of English Sounds* resume a teoria desenvolvida sobre os sons da língua e na *New English Grammar* discorre sobre os vários segmentos da gramática, sobretudo a sintaxe.

Creemos que a primeira menção ao nome de Sweet coube a João Ribeiro, em rápida passagem da *Grammatica Portuguesa* (RIBEIRO, 1908), para advogar a inclusão da etimologia entre os objetos da filologia geral, não da gramática. Embora trace nas primeiras linhas de sua obra o plano geral da gramática em consonância com o mesmo quadro hierárquico de Julio Ribeiro – lexicologia e sintaxe –, João Ribeiro, na realidade, estrutura a disposição da matéria gramatical de maneira radicalmente distinta. Verifica-se haver na *Grammatica Portuguesa* três grandes segmentos, em mesmo nível hierárquico, intitulados *O vocábulo*, *Sintaxe* e *Estudos Complementares*. O primeiro trata da classificação e da forma (aí incluída a flexão) das palavras; no segundo sobrevêm a sintaxes das classes gramaticais, a análise lógica e os vícios de sintaxe. É no terceiro segmento, *Estudos complementares*, em que entram a fonologia, a etimologia e a semântica.

Inspirado em tese levantada por Henry Sweet em sua *A New English Grammar, Logical and Historical*, João Ribeiro reluta em situar a fonologia em nível subordinado à lexeologia, a despeito de, surpreendentemente, assim constar na descrição de gramática que abre sua principal obra didática. A leitura

de Ribeiro, na verdade, revela que o meritório filólogo brasileiro considerava a fonologia, bem como a etimologia e a semântica, partes da filologia geral, disciplinas de forte componente histórico, razão por que relutava em incluí-las na área de competência da gramática pedagógica. São decisivas a respeito sua palavras (RIBEIRO, 1908:45):

O estudo do sentido do vocabulo chama-se *Semantica* e o da origem e historia das fórmãs primitivas, *Etymologia*; conquanto muito dependentes da grammatica, d'ella não fazem commumente parte a Etymologia e a Semantica, e antes representam divisões da philologia geral.

E conclui:

Este estudo[da fonologia], porém, sob o aspecto linguistico e historico, como observa Sweet (*A new English grammar logical and historical*), não deve fazer parte da grammatica e é antes um ramo muito especial da philologia. Por isso e ainda pela difficuldade do assumpto, collocamol-o no fim d'este livro, com o estudo complementar e de modo breve e summario.

A referência mais relevante ao nome de Henry Sweet entre nós, contudo, se faz no capítulo sobre pronomes da *Gramática Histórica*, de Said Ali (ALI, 1971), com que o velho germanista viria a propor um novo tratamento na classificação dos termos predecessores do nome dentro do sintagma. O pronome, na gramática científica tinha eminentemente o papel de substituto do nome, razão por que aquelas palavras acessórias que acompanham o nome no sintagma, como os indefinidos e os possessivos, eram distribuídas nas várias subclasses do adjetivo.

De Sweet importou Said Ali uma nova concepção do pronome, visto como **nomes e adjetivos gerais**, em oposição aos **nomes ordinários e adjetivos específicos**. Nessa concepção, os pronomes, a rigor, eram ou substantivos ou adjetivos que tinham significado generalístico, a ponto de referirem-se a toda uma coletividade indeterminada. Daí surge a hoje clássica subdivisão em pronome substantivo e pronome adjetivo, que durante vários anos competiria com a antiga dicotomia pronomes – adjetivo determinativo na maioria das gramáticas escolares, até ser oficialmente adotada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira em 1959.

Com efeito, em português há nomes de grande generalidade semântica, de tal sorte que seu emprego na sentença toma ares típicos dos pronomes, caso de **senhor**, e o **autor** (exemplos de Said Ali). Adverte, por sinal o sábio filólogo fluminense, em corroboração desta tese, que o substantivo latino *rem*, em face de sua grande generalidade, passou com o tempo a ser usado como pronome. Com base na teoria de Sweet, Said Ali defende a classificação dos pronomes como pronomes substantivos ou absolutos, e pronomes adjetivos, usando neste

mister terminologia já empregada anteriormente por outros filólogos brasileiros, fato que numa certa medida pode provocar certa confusão conceitual.

Com efeito, a denominação pronome substantivo e pronome adjetivo já está na *Grammatica Descriptiva*, trazida a lume por Maximino Maciel em 1895. Ressalve-se entretanto que o valor taxionômico dos termos em Maximino e em Said Ali é diferente: no primeiro, o conceito de pronome adjetivo não se amplia a todo termo que acompanha o nome, dando-lhe determinação (e não qualificação); restringe-se, na verdade, aos pronomes que “evitam a repetição do substantivo”, como em *este homem e aquele, teu livro e o meu* (MACIEL, 1922:56).

Não se pode aceitar sem reservas a hipótese de Maciel, visto que o pronome nos exemplos oferecidos não funciona propriamente para evitar a repetição. Basta verificar que seu emprego seria igualmente necessário caso o falante optasse pela repetição do termo em zeugma. Em aditamento, a análise da proposta de Maciel revela que o filólogo sergipano atribui igual valor adjetivo aos numerais – **eu tenho um livro e tu dous**. Vale ainda notar que Maximino atesta estar o pronome adjetivo em função típica dos adjetivos designativos, conforme se denominavam na época os termos que precediam um núcleo nominal explícito sem atribuir-lhe valor semântico qualitativo: **meu carro, tua casa etc**.

Uma outra tese agasalhada por Sweet, esta na seara dos estudos prosódicos, confere apoio doutrinário a Said Ali na descrição do fato gramatical em português. Referimo-nos ao texto *Fenômenos da Intonação*, um dos ensaios que compõem o volume *Dificuldades da Língua Portuguesa* (ALI, 1966), cujo título substitui o primitivo *Fenômenos da Acentuação*, tendo em vista que, como adverte o próprio Said Ali, o termo **acentuação** vinha sendo incorretamente vinculado a **acentuação gráfica**, “alguma coisa como emprêgo de notações léxicas”, não obstante fosse do ponto de vista lingüístico o mais adequado para emoldurar a matéria (ALI, 19:57).

Neste estudo, Ali reúne sua leitura recente de vários linguistas europeus, vinculados a diferentes paradigmas, como Sievers, Brugmann, Storm, Paul Passy e Victor Henry para, corroborando as teses de Henry Sweet, alinhar um preciso estudo acerca da acentuação na frase, algo de que se aproxima apenas o cuidadoso capítulo sobre fonética que abre *O Idioma Nacional*, de Antenor Nascentes (NASCENTES, 1960). Não há na literatura filológica brasileira da época estudo que se compare a esse ensaio magistral de Said Ali acerca das nuances melódicas da acentuação na fraseologia portuguesa, um passo precursor das denominadas curvas tonais e acentuais que tanto se utilizam hoje na didática de línguas estrangeiras.

A linha teórica que norteia todo o trabalho parte da distinção entre acentuação **dinâmica** (expiratória ou enfática) e acentuação **musical** (cromática

ou tônica), abstraídos da obra *Études sur les Changements Phonétiques et Leurs Caractères Généraux*, de Paul Passy. Nas línguas românicas, bem como no inglês e no alemão, a acentuação é essencialmente **dinâmica**, isto é, pautada na intensidade silábica; a acentuação dita musical, cunhada na elevação tonal da voz, é utilizada “para modificar o sentido geral das frases”, como se observa no *sim* português, de valor afirmativo, admirativo exclamativo etc.

O que marca a precocidade dos estudos de Said Ali – nos estudos de língua portuguesa, cabe alertar – é a ampliação dos estudos prosódicos dos limites da palavra para os domínios da frase. Ao menos dois princípios podem ser abstraídos de suas observações acerca do acento dinâmico na frase portuguesa, a saber:

a) **a preferência ordinária pelo acento mais forte na última palavra**: trata-se de fenômeno que se configura não só nas orações, como também em “outros casos” (sintagmas nominais): *Eu quero, João quer, casa grande, homem velho*.

b) **a idéia principal ordinariamente fica no segundo termo da seqüência frasal, apoiada pelo acento mais forte**: trata-se de princípio decorrente do primeiro, em que se revela a notável mobilidade sintática do português. A simples comparação dos exemplos *Eu lhe digo e Digo-lhe eu*, oferecidos pelo próprio Said Ali, serve para comprovar a eficácia do acento final na sentença para conferir maior peso à palavra ou termo que ali se aloja.

Convém alertar que, em suas próprias conclusões, Ali observa a maleabilidade da frase portuguesa a ponto de admitir flutuações de acento dinâmico, de tal sorte que recaia em qualquer ponto da frase, conferindo, destarte, significados diferentes à mesma seqüência frasal. Com os princípios da acentuação dinâmica na frase, Said Ali logra interpretar fatos da língua a que poucos se aventuram, como a complexa questão do uso de *o que* em alternância com *que* simples.

Neste caso, Ali assevera, com base no princípio da acentuação mais forte no último elemento de dada seqüência sintática, que o interrogativo *que* via de regra recebe a carga acentual mais elevada em face de um termo proclítico regente, como a preposição ou outro pronome: *vais trabalhar para quê? com quê se escreve?* Quando não há regência, mantém-se a ênfase no último elemento como um o proclítico: *vais escrever o quê?* O que se percebe, pois, é que “obrigatória no fim da oração, a forma *o que* substitui à vontade o simples *que* no princípio ou no meio da frase, desde que o escritor queira pôr em relêvo o interrogativo” (ALI, 1960: 59)

É evidente que, hoje, a Lingüística ofereceria outras hipóteses para justificar o uso de *o que* por *que* em frases portuguesas, muitas bem diversas da

que norteia o pensamento de Said Ali. De qualquer forma, importa notar que essa proposta é um dos exemplos que marcam a figura de Said Ali como o único lingüista brasileiro de sua geração que, desagrilhonando-se da obsessão lexiológica, soube dar tratamento científico à *semântica da frase*, seja pelo caminho da sintaxe (cf. *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*), seja pelo caminho da prosódia, ou da fonética, como preferia denominar o mestre.

Verifica-se, enfim, que a presença de Henry Sweet no percurso dos estudos lingüísticos e filológicos brasileiros serve de referência para pelo menos duas conclusões relevantes, do ponto de vista historiográfico. Primeiro, ratifica a tese já consolidada de que nossas fontes bibliográficas eram majoritariamente de textos vernáculos, sobretudo os compêndios descritivos elaborados com fulcro no comparativismo europeu. Segundo, fornece-nos sólidas evidências da grande participação dos estudos saxônios na arquitetura da gramática brasileira, fato que denega procedência à alentada exclusividade dos estudos de filologia românica na formação de nosso pensamento gramatical.

*

TEXTOS BRASILEIROS CITADOS NESTE TRABALHO

- ALI, Manuel Said. *Dificuldades da língua portuguesa*. 6 ed., Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1966.
- . *Gramática histórica da língua portuguesa*. 7 ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica/ Edições Melhoramentos, 1971.
- MACIEL, Maximino de Araujo. *Grammatica descriptiva*. 8.ed, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1922.
- NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 3 ed., Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1960.
- RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza*. Bahia, Livraria Catilina de Romualdo dos Santos, 1890.
- RIBEIRO, João. *Grammatica portugueza (curso superior)*. 14 ed., Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1908.
- RIBEIRO, Julio. *Grammatica portugueza*. 10 ed., Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves & C., 1911.
